

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Art JÚLIO JOSÉ GONÇALVES FILHO

**O SELO VERDE OLIVA E A CONFORMIDADE AMBIENTAL NO
EXÉRCITO BRASILEIRO**

Rio de Janeiro

2021

Cap Art JÚLIO JOSÉ GONÇALVES FILHO

**O SELO VERDE OLIVA E A CONFORMIDADE AMBIENTAL NO
EXÉRCITO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do
grau especialização em Ciências
Militares.

**Orientador: Cap Art DILSON
AMADEM NEVES MARTINS**

Rio de Janeiro

2021

Cap Art JÚLIO JOSÉ GONÇALVES FILHO

**O SELO VERDE OLIVA E A CONFORMIDADE AMBIENTAL NO
EXÉRCITO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do
grau de especialização em Ciências
Militares.

Aprovado em ____/____/____

Comissão de Avaliação

GEDEEL MACHADO BRITO VALIN – Ten Cel
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Presidente

JULIO CÉSAR MARTINI – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
1º Membro/EsAO

DÍLSON AMADEM NEVES MARTINS – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
2º Membro (orientador)/EsAO

RESUMO

O presente estudo procurou verificar os principais fatores na obtenção do Selo Verde Oliva de Sustentabilidade, bem como detalhar a Conformidade Ambiental e os itens da lista de verificação da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e do Meio Ambiente (DPIMA). O selo foi criado como forma de incentivar as Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro a obterem alto índice de Conformidade Ambiental, de forma a adequar cada vez mais a estrutura das Unidades com as normas de gestão do Meio Ambiente. A lista de verificação da Conformidade Ambiental possui 100 (cem) itens para OM de tropa e Escolas, e para OM de Saúde há uma segunda lista com itens exclusivos, que não é o foco deste trabalho. Os itens são compostos por requisitos documentais, estruturais, sobre as práticas ambientais e gestão dos recursos orçamentários. No total de itens da verificação das OM de tropa e Escolas, para obter o Selo, a Unidade deve obter mais de 90% de aproveitamento da lista, e cumprir os itens obrigatórios. O objetivo deste estudo é traçar um paralelo entre o rendimento das Unidades na obtenção do selo e os principais itens da lista de verificação da DPIMA, além de abordar os principais itens obrigatórios e propor abordagens que facilitem a resolução dos problemas da área ambiental. Sendo assim, foram entrevistados os gestores da única Unidade de interesse desse trabalho, o 7ºBECComb, que obteve o Selo Verde Oliva no âmbito das Unidades do Corpo de Tropa. As entrevistas contaram com oito questões abertas que abordaram itens sobre quantitativo e qualitativo de pessoal, solicitação de recursos, educação ambiental, licitações e projetos. Após as entrevistas este estudo pode chegar a diversas sugestões, baseadas no sucesso da Gestão Ambiental do 7ºBECComb. Essas sugestões se referem a gestão de pessoal, educação ambiental, processos licitatórios e condução dos projetos ambientais.

Palavras-chave: Conformidade ambiental. Selo Verde Oliva. Gestão do Meio Ambiente.

ABSTRACT

This study seeks to verify the main factors in obtaining the Olive Green Sustainability Seal, as well as detailing the Environmental Compliance and the items on the checklist of the Directorate of Real Estate and Environment (DPIMA). The seal was created as a way to encourage the Military Organizations (OMs) of the Brazilian Army to obtain a high level of Environmental Conformity, in order to increasingly adapt the structure of the Units with the Environmental management standards. The Environmental Compliance checklist has 100 (one hundred) items for troop OM and Schools, and for Health OM there is a second list with exclusive items, which is not the focus of this work. The items consist of documentary, structural requirements on environmental practices and management of budgetary resources. In the total items of verification of the troop and Schools OM, to obtain the Seal, the Unit must obtain more than 90% of use of the list, and comply with the mandatory items. The objective of this study is to draw a parallel between the Units' income in obtaining the seal and the main items on the DPIMA checklist, in addition to addressing the main mandatory items and proposing approaches that facilitate the resolution of problems in the environmental area. Therefore, the managers of the only Unit of interest in this work were interviewed, the 7thBEComb, which obtained the Green Oliva Seal in the scope of the Corps Units. The interviews had eight open questions that addressed issues about quantitative and qualitative personnel, request for resources, environmental education, tenders and projects. After the interviews, this study can reach several suggestions, based on the success of the Environmental Management of the 7thBEComb. These suggestions refer to personnel management, environmental education, bidding processes and conducting environmental projects.

Key words: Environmental Compliance, Olive Green Seal, Environmental Management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
1.1 PROBLEMA.....	08
1.1.1 Antecedentes do Problema.....	08
1.1.2 Formulação do Problema.....	08
1.2 OBJETIVOS.....	08
1.2.1 Objetivo Geral.....	08
1.2.2 Objetivos Específicos.....	09
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO OU HIPÓTESE.....	09
1.4 METODOLOGIA.....	09
1.4.1 Objeto formal de estudo.....	09
1.4.2 Amostra.....	09
1.4.3 Delineamento da pesquisa.....	10
1.4.4 Procedimentos para revisão da literatura	10
1.4.5 Procedimentos Metodológicos.....	11
1.4.6 Instrumentos.....	11
1.4.7 Análise de dados.....	12
1.5 JUSTIFICATIVA.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 LISTA DE VERIFICAÇÃO GERAL (ANEXO “A” DO SIGAEB).....	14
2.1.1 Plano de Gestão Ambiental (PGA).....	14
2.1.2 Gestão de Recursos Humanos.....	17
2.2 LEGISLAÇÕES, LOGÍSTICA REVERSA.....	19
2.3 QUALIDADE DA ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS.....	20
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	23
4.1 SUGESTÕES.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
APÊNDICE A – Entrevista	28

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, em especial a partir de 1980, houve uma crescente preocupação acerca de assuntos envolvendo Meio Ambiente. Mais recentemente, a sociedade, os meios de comunicação e as instituições de estado têm condenado certas práticas de pessoas físicas ou jurídicas, que atentem contra a saúde dos ecossistemas.

A criação de uma Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em 1999 pelo Ministério do Meio Ambiente fez crescer a atenção em cima de instituições públicas, englobando o Exército Brasileiro.

Visando preservar a imagem da Força, evitando incidentes que repercutam negativamente na mídia, e melhorar a relação com o Meio Ambiente, foi criada, através da Portaria Nº 386, de 9 de junho de 2008, o Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (SIGAAEB). Essa Portaria tem por objetivo determinar as responsabilidades, cadeia de comando e atribuições.

Posteriormente, a Portaria nº 55-DEC, de 31 de agosto de 2018 foi criada. Conforme seu Art. 1º “Este documento tem a finalidade de criar o Programa de Conformidade Ambiental do Sistemade Gestão Ambiental no âmbito das Organizações Militares do Exército Brasileiro”.

A conformidade é realizada através de uma lista, conforme o Art. 9º da Port nº 55-DEC, de 31 de agosto de 2018: O programa é composto por um conjunto de requisitos listados nos Anexos “A” e “B”, onde os requisitos do anexo “A” são destinados a todas as Organizações Militares, e os do anexo “B” são destinados, de forma complementar, às Organizações Militares de Saúde.

O Selo Verde Oliva foi um instrumento criado para estimular as boas práticas relacionadas à gestão ambiental. A Port nº 55-DEC, de 31 de agosto de 2018, preconiza em seu Art. 12º:

“O Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade é uma distinção concedida pelo Departamento de Engenharia e Construção por intermédio da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente em forma de Certificado para as OM que alcançarem um índice de conformidade ambiental superior a 90% da Lista de Verificação e que foram auditadas pela DPIMA”.

1.1 PROBLEMA

Diante do desafio de melhorar a gestão do meio ambiente e obter como recompensa o Selo Verde Oliva, é necessário estudar os principais motivos que estão relacionados com a não obtenção do certificado, tanto de forma qualitativa, que está relacionada aos itens obrigatórios, quanto quantitativa e, no final, propor sugestões de como deixar mais eficiente a correção dos problemas, visando aumentar a porcentagem de Unidades detentoras do Selo Verde Oliva de Sustentabilidade.

1.1.1 Antecedentes do Problema

Diante dos desafios impostos pela Administração Pública, como escassez de recursos, as construções antigas da maioria das OM, pequeno efetivo para trabalhar na gestão ambiental e o tempo necessário para a realização de projetos, os gestores ambientais no âmbito EB têm tido dificuldade em atingir um índice superior a 90% na conformidade ambiental. Apesar da Portaria reguladora da Conformidade ser de 2018, há uma baixa adesão do Selo Verde Oliva, apenas uma Unidade, o 7ºBEComb, sediado em Natal-RN, cumpriu todos os requisitos necessários, no âmbito de todas as Organizações Militares da Força Terrestre.

1.1.2 Formulação do Problema

Diante dessa conjuntura, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: **quais os principais obstáculos para aquisição do Selo Verde Oliva e como mitigá-los?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar os itens da conformidade ambiental que mais dificultam a obtenção do Selo Verde Oliva pelas Unidades do Exército.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral, foram levantados objetivos específicos que conduziram à consecução do objetivo deste estudo, os quais são transcritos abaixo:

- a. Descrever a lista de conformidade ambiental.
- b. Analisar as entrevistas respondidas pelos gestores ambientais das OM.
- c. Analisar linhas de ação para melhorar o processo de adequação dos quartéis à gestão do meio ambiente.

1.3 Questões de Estudo

- a. Quais itens da Lista de Conformidade Ambiental mais dificultam obtenção do Selo?
- b. Qual maior dificuldade dos gestores para atingir mais de 90% da Conformidade Ambiental?
- c. Como melhorar o processo para aquisição do Selo Verde Oliva?

1.4 METODOLOGIA

1.4.1 Objeto formal de estudo

- a. Variáveis dependentes: porcentagem das Unidades que obtiveram índice maior que 90% na conformidade ambiental no último ano no Exército Brasileiro.
- b. Variáveis independentes: itens eliminatórios ou impeditivos para obtenção do Selo Verde Oliva.

1.4.2 Amostra

Critérios de amostragem: realizar entrevista com os gestores do 7º BEComb.

Dentro do universo das Organizações Militares do Exército Brasileiro existem apenas duas que obtiveram o Selo Verde Oliva, sendo dessas apenas uma, o 7º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Natal-RN, a única OM de interesse para este trabalho, pois o foco deste é voltado para Unidades de Tropa, que compõe a Força Terrestre.

O 7º BEComb, ao longo do período entre 2015 e 2020, conseguiu implementar uma série de medidas na gestão que deram suporte para a transição de uma Unidade comum para o exemplo de qualidade na Gestão Ambiental.

Visando compreender melhor os passos dados pelos gestores ao longo do período de seis anos de aperfeiçoamento do sistema de gestão ambiental, foram realizadas entrevistas com os responsáveis por conduzir os processos de conformidade ambiental, 1º Ten R2 Lucena e 2º Ten Gabriela, gestor sucedido e sucessora, respectivamente.

1.4.3 Delineamento da pesquisa

-Método: indutivo.

-Tipo de pesquisa: quantitativa e qualitativa aplicada.

A pesquisa tem por objetivo fazer uma introdução no assunto Gestão Militar no Exército Brasileiro, citando o histórico da Gestão de Meio Ambiente na Administração Pública, depois abordar os principais itens da Lista de Verificação do SIGAEB e analisar os fatores que levaram ao sucesso do 7º BEComb na condução de sua Gestão Ambiental, sendo a única OM de Corpo de Tropa possuidora do Selo Verde Oliva.

Foram realizadas entrevistas com os gestores responsáveis pela Gestão Ambiental nessa OM, abordando aspectos relativos ao pessoal, às licitações, à educação ambiental e aos processos documentais. Por fim uma análise dos resultados coletados e a elaboração de sugestões que visam melhorar a Gestão Ambiental nas Unidades do Exército Brasileiro.

1.4.4 Procedimentos para revisão da literatura

Procurou-se artigos em livros, leis, periódicos eletrônicos e manuais doutrinários do Exército Brasileiro, a fim de colaborar com as respostas dos objetivos intermediários, assim como proporcionar sustentação ao contexto histórico inserido. Os periódicos eletrônicos foram encontrados por buscadores científicos, como Scielo.org.

1.4.5 Procedimentos Metodológicos

Propõe-se levantar, dentro da população das OM de Corpo de Tropa, visa-se dirimir a amostra: Unidades que possuem o Selo Verde Oliva (Grupo A).

Neste grupo, será admitido OM de Corpo de Tropa e que tenham remetido à DPIMA a lista de Conformidade Ambiental, obtendo índice de conformidade acima de 90%, sem nenhum item impeditivo.

Os gestores dessa Unidade que conduziram todo trabalho ao longo do período determinado até a premiação do Selo Verde Oliva foram entrevistados, visando analisar a condução das ações e buscando replicar essas práticas positivas na forma de sugestões para os gestores ambientais.

1.4.5 Instrumentos

Foram realizadas duas entrevistas, Apêndice A, com o 1º Ten R2 Lucena e 2º Ten Gabriela do 7ºBEComb, com duração de em média quarenta minutos, onde foram abordadas oito perguntas divididas em temas como educação ambiental, gestão de pessoal, licitações e apoios.

A primeira pergunta foi como se deu início esse processo de implantar melhorias na gestão ambiental, que acabaram culminando na obtenção do Selo Verde Oliva.

A segunda pergunta foi sobre a equipe de trabalho ser vocacionada exclusivamente para as tarefas de gestão ambiental e se no Quadro de Cargos Previstos (QCP) da OM estão previstos claros específicos para Gestão Ambiental.

A terceira pergunta foi sobre quais especialidades acadêmicas compuseram ou compõe o efetivo da seção de gestão ambiental.

O quarto item é sobre como foi a relação com os itens que exigiram um projeto mais complexo que demandava um engenheiro para elaboração.

A quinta pergunta é sobre se os recursos solicitados através do SIGPIMA vinham em tempo suficiente e qual a média de tempo que leva para receber esses recursos.

A sexta pergunta foi qual foi o papel do Grupamento de Engenharia, Departamento de Engenharia de Construção e da DPIMA na otimização das solicitações e atendimento das demandas.

A sétima e penúltima questão foi como foi a conscientização do pessoal do Batalhão sobre gestão Ambiental, principalmente referente ao manuseio e descarte de resíduos e se considera satisfatória a adesão do pessoal da OM.

A última questão foi quais foram os aspectos que julgou como de maior dificuldade para o trabalho de Conformidade Ambiental e por quê.

1.4.6 Análise dos Dados

A coleta de dados será realizada por meio de coleta de dados diretamente com os gestores do 7ºBEComb com entrevistas para as referidas amostras, com perguntas abertas.

Para o Grupo A, visa-se destacar quais características inerentes ao êxito na obtenção do Selo Verde Oliva.

Propõe-se realizar uma entrevista semi-estruturada com 01 militar ou mais, Oficial ou Praça, das OM que obtiveram índice de conformidade na Gestão Ambiental acima de 90%, sem nenhum item impeditivo.

1.5 JUSTIFICATIVA

Tal pesquisa é relevante pois abrange o debate sobre gestão do Meio Ambiente, assunto de suma importância para o bem-estar da tropa e da comunidade civil no entorno das OM. Estimulando maior cuidado com a natureza e agregando qualidade de vida para família militar.

É uma oportunidade de debater aspectos psicossociais, sanitários e afetivos dos recursos humanos da instituição.

Há um estímulo de tal debate destacado na doutrina militar vigente das Operações em Amplo Espectro, onde se destaca que "...os comandantes terrestres devem conduzir as operações de forma abrangente, contemplando aspectos diversos daqueles estritamente militares" (BRASIL, 2014, P. 2-18).

Amplia a possibilidade de emprego de educação ambiental, das habilidades de gestão de recursos financeiros e de procedimentos de rotina com os dejetos e afluentes gerados nos quartéis.

Sendo assim, **este estudo se justifica**, pois interfere diretamente no manejo do meio ambiente feito pelas OM, refletindo no bem-estar da tropa e da sociedade a sua volta e zelando pela imagem positiva da Força Terrestre como guardião da natureza.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da última década, a Força Terrestre tem buscado se adequar aos padrões internacionais de qualidade na Gestão Ambiental. Tentou se inserir nos programas de gestão ambiental através da Portaria nº 386, 9 de junho de 2008 do Comandante do Exército.

Procurou, com o objetivo de padronizar os procedimentos logísticos, técnicos e operacionais para conduzir as atividades de gestão ambiental foi criada a Instrução Reguladora 50-20 (IR50-20). Para dar maior aprofundamento no assunto e criar outros mecanismos de controle ambiental foi publicada a Portaria nº 55, de 31 de agosto de 2018, do Chefe do Departamento de Engenharia de Construção sobre a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro:

Art. 2º Estabelecer critérios de controle interno para a implementação e execução do Programa de Conformidade Ambiental no âmbito do Exército Brasileiro.

Art. 3º Definir os níveis de Conformidade a serem desenvolvidos pelos conformadores do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (SIGAEB).

Art. 4º Promover o aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (SIGAEB), criando condições para que as Organizações Militares (OM) possam avaliar seus procedimentos.

Art. 5º Desenvolver a cultura de sustentabilidade ambiental no âmbito das Organizações Militares.

Art. 6º Instituir o Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade, com o propósito de estimular as OM a desenvolverem boas práticas ambientais.

Art. 7º Criar as Listas de Verificação para Conformidade Ambiental em

Organizações Militares e para Organizações Militares de Saúde (OMS).(BRASIL, 2018)

Segundo a Portaria nº 55 do DEC, de 31 de agosto de 2018, o programa de Conformidade Ambiental é composto por duas listas de requisitos, sendo o Anexo “A” a lista de requisitos para OM que não são de Saúde e os Anexos “A” e “B” para Organizações Militares de Saúde.

Existem três níveis de conformidade ambiental: Conformidade Interna, da Região Militar/ Grupamento de Engenharia e da DPIMA. A primeira é realizada pelo Oficial de Gestão Ambiental da OM, tem caráter obrigatório e deve ser realizada pelo menos uma vez ao ano. O objetivo é acompanhar e aperfeiçoar os procedimentos internos do sistema de gestão ambiental.

Como descrito no EB 50-D-04.007(2018), O Selo Verde Oliva é um certificado concedido pelo DEC por intermédio da DPIMA às unidades que obtém índice de conformidade acima de 90% na lista de verificação e não possuem nenhum item impeditivo. Depois de remeter o resultado à DPIMA é realizada uma vistoria do Segundo Nível de Conformidade para levantar possíveis candidatos a receber o certificado ambiental. Por último a DPIMA realiza a vistoria para certificação da OM.

2.1 LISTA DE VERIFICAÇÃO GERAL (ANEXO “A” DO SIGAEB)

De acordo com a Portaria nº 55-DEC, de 31 de agosto de 2018, a conformidade ambiental compreende o Preparo e Emprego da Tropa, a Gestão de Resíduos, as Licitações Sustentáveis, o Combate a Perdas e Desperdícios, o Abastecimento de Água, a Gestão de Efluentes¹, a Drenagem Pluvial, a Educação Ambiental, o Uso e ocupação do Solo, as Medidas de Emergência, o Abastecimento, Manutenção, Lavagem e Lubrificação, Gestão de Resíduos Perigosos, Controle de Vetores, Higienização e Requisitos Gerais.

2.1.1 Plano de Gestão Ambiental (PGA)

O primeiro item da Lista de Verificação Geral do Anexo A do EB50-D-04.007, SIGAEB, é se a OM possui o PGA atualizado e conforme a IR50-20, que é um dos itens obrigatórios para concorrer ao Selo.

O “Plano de Gestão Ambiental” (PGA) faz parte de um esforço integrado e contínuo na busca pela excelência ambiental e da melhoria contínua, com vista a um desenvolvimento sustentável. Um dos principais itens neste documento é a identificação dos impactos ambientais mais significativos e/ou relevantes, apresentando metas, medidas de controle e cronograma de execução, que visam monitorar ou mitigar o aspecto levantado. (BRASIL, 2019, pg 21).

O PGA é atualizado anualmente e não deve ser um documento apenas para constar e ser engavetado. Se feito da forma correta, o PGA é uma importante ferramenta para mapear as oportunidades de melhoria, traçar metas e organizar os procedimentos da OM referentes à gestão do Meio Ambiente, com prazo suficiente para implantar melhorias que, gradativamente, irão conduzir ao Selo Verde Oliva.

Os militares envolvidos no processo devem planejar a médio e longo prazo metas para resolver os problemas de maior vulto, e o PGA é um guia perfeito e importante para que seja dada a continuidade ao processo de melhorias ambientais no ambiente das OM.

As metas e objetivos do PGA devem ser exequíveis, de acordo com a realidade da OM. Esse item extremamente importante para a realização de ações concretas.

O PGA norteia o levantamento de todos os Passivos Ambientais², bem como instalações ou equipamentos que podem gerar impactos ambientais. Alguns exemplos são fossas, refeitórios, posto de lavagem de Viaturas, bombas de combustível, poços, campos de instrução e caixas de gordura.

A Cartilha Ambiental do Exército (CAmbEx), página 25, orienta sobre como medir o desempenho de cada atividade da Unidade através de indicador de impacto ambiental gerado por essas atividades. Os impactos podem ser de derramamento de óleo, possibilidade contaminação do solo por latrinas, dejetos plásticos jogados na natureza e vazamento de combustível.

¹ Efluente-qualquer tipo de despejo no estado líquido tratado ou não, de origem industrial, doméstica ou agrícola, lançados no sistema de coleta de esgotos ou no meio ambiente.

Dentro do PGA existe o Plano de Gestão de Resíduos (PGR), que engloba o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde (PGRSS).

De acordo com o tipo de resíduo, é elaborado um Plano de Gerenciamento de Resíduos específico. Essa cartilha abordará o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), elaborado para as OM em geral, o Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde (PGRSS), elaborado para as Organizações Militares de Saúde (OMS), e o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC), elaborado em situação específica, quando a OM é responsável por alguma obra. (BRASIL, 2019, pg 25)

PGRS orienta sobre os procedimentos de manejo dos resíduos sólidos, com exceção do lixo hospitalar. Devem ser previstas, dentro do cronograma da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP) das OM, instruções sobre Educação Ambiental que englobem o uso dos coletores coloridos para coleta seletiva, a correta destinação de cada material sensível ou perigoso, como pilhas, baterias, óleo de cozinha e resíduos de construção.

Nas OM que possuam Seção de Saúde, deve haver, junto do PGR, o PGRSS. No PGRSS devem constar o fluxo de descarte do material, desde o armazenamento correto nas suas caixas especiais, até o transporte por uma firma especializada, contratada conforme as exigências da lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sobre Licitações e Contratos.

O PGR deve possuir, além dos itens supracitados, o plano de mitigação para os impactos significativos adversos diagnosticados. O Item nº 9 da Lista de Verificação Geral descreve “O PGA OM deve prever a identificação das possíveis situações emergenciais, as formas de mitigar os impactos associados, os recursos materiais e humanos necessários, o treinamento periódico da equipe de emergência e a atuação conjunta com órgãos externos”. Um exemplo de plano de mitigação para os impactos é o Plano de Prevenção e Combate a Incêndio.

²Passivo Ambiental- danos e impactos ambientais produzidos no passado e que não foram resolvidos representando, assim, a obrigação, a responsabilidade social da organização com os aspectos ambientais.

Art. 35. A OM deve estabelecer e manter mecanismos que possam ser acionados a qualquer momento para atender às situações de emergência e eventos não controlados.

Parágrafo único. O PGA OM deve prever a identificação das possíveis situações emergenciais, as formas de mitigar os impactos associados, os recursos materiais e humanos necessários, o treinamento periódico da equipe de emergência e a atuação conjunta com órgãos externos. (BRASIL, 2011)

O Item nº 18 da Lista de Verificação versa sobre a designação de um Responsável Técnico (RT) pelo PGRS, como prevê o Art. 22 da lei 12305/10, Port. nº 1275, de 28 de dezembro de 2010 “Designar responsável técnico habilitado para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas de gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo o controle da Quantidade coletada e da disposição o final dos resíduos”. No caso da OM não possuir um perito habilitado, o Comandante deve solicitar ao Grupamento de Engenharia de Construção responsável por sua Região Militar, ou designe um RT para assinar o PGRS da Unidade.

No caso do PGRSS, o Item nº 41 da Lista de Verificação exige que haja um RT na confecção do plano, de acordo com o Art 5º da Resolução CONAMA nº 358/05:

O PGRSS deve ser elaborado por profissional de nível superior, habilitado pelo seu conselho de classe, com apresentação de Anotação de Responsabilidade técnica- ART, Certificado de Responsabilidade Técnica ou documento similar, quando couber. (BRASIL, 2005)

2.1.2 Gestão de Recursos Humanos

O Item nº 2 da Lista de Verificação Geral do Anexo A do EB50-D-04.007 trata exclusivamente do Art 33 do Regulamento de Serviços Gerais (RISG), que estabelece o Fiscal Administrativo como o militar responsável por assessorar o Cmt OM no assunto Gestão Ambiental. Esse Item é facilmente obtido, pois o Quadro de Cargos Previstos (QCP) das Unidades contempla elementos de Fisc Adm ou 4ª Seção, compatíveis com a atribuição imposta pelo Art 33 do RISG.

A questão de pessoal com treinamento da Área Ambiental é verificada no Item nº 5 da Lista de Verificação Geral, os quais questiona se “O pessoal envolvido com a

gestão ambiental possui capacitação e treinamento para tal?”. Dentro das limitações do QCP é viável que o Fisc Adm possua diversos auxiliares, especialmente elementos com conhecimentos em Seção de Aquisições Licitações e Contratos, tratando diretamente dos contratos com Cooperativas de Reciclagem, aquisição de insumos para gestão ambiental; um militar responsável pelos projetos; um auxiliar para realizar a conformidade na OM; e, se possível, um técnico especialista em Edificações para elaboração dos projetos estruturais.

Esse último Item é essencial não apenas para cumprir uma exigência da Lista de Verificação Geral, mas também para que o trabalho possa ser feito plenamente e as melhorias implementadas ao longo de médio e longo prazo. A continuidade do processo deve ser permanente, visto que a cada dois normalmente há a substituição do Comando da Unidade. Caso a prioridade do Comandante substituto não seja a Gestão Ambiental, ter uma equipe constituída que dê continuidade ao trabalho é fundamental para que os projetos não se percam no tempo e o trabalho não precise ser feito sempre do começo, gerando um atraso nas melhorias e adequações, conseqüentemente dificultando a obtenção do Selo Verde Oliva.

A Educação Ambiental é abordada no Item nº 12 da Lista de Verificação Geral do Anexo A do EB50-D-04.007: “Difundir por intermédio dos meios de comunicação internos e externos à Força, de programas, campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente”. O Artigo 39º da IR 50-20 preconiza:

Art. 39. As OM devem incentivar a aplicação do previsto na Seção III da Lei nº 9.795, de abril de 1 999, que visa a Educação Ambiental Não-Formal, a partir das seguintes atividades:

I - difusão, por intermédio dos meios de comunicação internos e externos à Força, de programas, campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - participação, em parceria com escolas, universidades, organizações não governamentais, empresas públicas e privadas, no desenvolvimento de programas e projetos de Educação Ambiental; e

III - realização e participação de projetos e ações cívico-sociais de conscientização e sensibilização da sociedade para a importância da preservação e conservação ambiental. (BRASIL, 2011)

O sucesso da maioria das práticas de Gestão Ambiental depende diretamente de como as pessoas que convivem no ambiente de trabalho das OM assimilam as

práticas e valores de conservação do Meio Ambiente. Não adianta implementar o sistema de Coleta Seletiva de Lixo, adquirir os coletores, instalar e difundir, se as pessoas não fizerem o uso correto do material ou não separarem os materiais por tipo (plásticos, vidro, metais, papel e não recicláveis).

A manutenção e preservação dos campos de instrução é de responsabilidade de todos os usuários, do Soldado ao militar mais antigo, ao não deixar restos de embalagens, copos descartáveis, cartuchos de munição usados e outros rastros da presença humana na natureza. Diversas OM da Força Terrestre possuem em sua área interna ou sob sua responsabilidade áreas de preservação ambiental, contendo fauna e flora nativos. O manuseio dessa fauna e flora está diretamente relacionado ao grau de conscientização ambiental dos profissionais das Unidades.

2.2 Legislações e Logística Reversa

As Unidades devem dispor de um acompanhamento constante das legislações, em especial sobre licitações e contratos. Anualmente essas legislações são atualizadas e muitas vezes alteradas.

Cabe a OM desenvolver a melhoria contínua, com avaliação sistemática, replanejamento e implementação de procedimentos, qualificação e treinamento dos recursos humanos, controle e acompanhamento, conhecimento e absorção de novas técnicas e legislação. (BRASIL, 2011).

O Item nº 27 da Lista de Verificação Geral trata sobre a destinação adequada dos pneus usados (contrato com logística reversa ou reciclagem). A IR 50-20 estabelece sobre Logística reversa:

Art. 73. Segundo a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional

de Resíduos Sólidos, os fornecedores são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Abrange os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes. (BRASIL, 2011)

O responsável na SALC pela elaboração das licitações que envolvam aquisição de materiais que gerem resíduos sólidos, descritos pelo Art 73 da IR 50-20, deve deixar claro no Edital da licitação o papel da empresa em realizar a logística reversa desses materiais. Tal ação alivia a administração pública do ônus de lidar com mais um passivo ambiental, causando um risco menor de exposição da imagem do EB e diminui o impacto ambiental causado pela OM.

2.3 Qualidade da Água e Recursos hídricos

A qualidade da água consumida dentro das Unidades, além de ser uma questão de saúde, também faz parte da conformidade ambiental. Em atenção às legislações vigentes, a Lista de Verificação exige no Item nº 49 o controle de qualidade da água de acordo com a finalidade de uso, obedecendo a legislação vigente, Portaria de Consolidação 05/2017.

Tem que ser acompanhado minimamente o cloro, a turbidez, o pH e os coliformes da água e quando esses derem fora do padrão medidas de correção e corretivas devem ser adotadas de imediato devido a complexidade e das consequências de risco de se ingerir água não potável. (BRASIL, 2017)

Prevenir desperdícios, tanto de alimentos quanto de energia e água, também são pauta da Lista de Verificação, no seu Item nº 50 trata do desperdício de água. A IR 50-20 em seu Art 95 ressalta ser necessário ter o acompanhamento do consumo da água independente de ser abastecimento próprio ou público. Pois o acompanhamento resguarda de possíveis problemas com vazamentos, desperdícios e furtos da água.

Deve haver um monitoramento/acompanhamento do lançamento dos efluentes de acordo com a legislação vigente, como exige o Item nº 56 da Lista de verificação. Esse lançamento deve ser monitorado mensalmente com os padrões da CONAMA 430/11 (caso exista alguma lei estadual ou municipal sobre lançamento de efluentes e essa for mais restritiva valerá sempre a mais restritiva).

Art. 5º Os efluentes não poderão conferir ao corpo receptor características de qualidade em desacordo com as metas obrigatórias progressivas, intermediárias e final, do seu enquadramento.

§ 1º As metas obrigatórias para corpos receptores serão estabelecidas por parâmetros específicos.

§ 2º Para os parâmetros não incluídos nas metas obrigatórias e na ausência de metas intermediárias progressivas, os padrões de qualidade a serem obedecidos no corpo receptor são os que constam na classe na qual o corpo receptor estiver enquadrado.

Art. 6º Excepcionalmente e em caráter temporário, o órgão ambiental competente poderá, mediante análise técnica fundamentada, autorizar o lançamento de efluentes em desacordo com as condições e padrões estabelecidos nesta Resolução, desde que observados os seguintes requisitos:

I - comprovação de relevante interesse público, devidamente motivado;

II - atendimento ao enquadramento do corpo receptor e às metas intermediárias e finais, progressivas e obrigatórias;

III - realização de estudo ambiental tecnicamente adequado, às expensas do empreendedor responsável pelo lançamento;

IV - estabelecimento de tratamento e exigências para este lançamento;

V - fixação de prazo máximo para o lançamento, prorrogável a critério do órgão ambiental competente, enquanto durar a situação que justificou a excepcionalidade aos limites estabelecidos nesta norma; e

VI - estabelecimento de medidas que visem neutralizar os eventuais efeitos do lançamento excepcional. (BRASIL, 2011)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das entrevistas realizadas com os gestores, 1º Ten R2 Lucenna e 2º Ten Gabriella, responsáveis pela Conformidade Ambiental do 7º BEComb, sediado em Natal-RN e a primeira Unidade condecorada com o Selo Verde Oliva, foi possível observar diversos aspectos de interesse para este trabalho.

Durante as sessões foram abordadas questões sobre o início do processo de melhorias na gestão ambiental do Batalhão, sobre a capacitação e composição da

equipe de gestão ambiental, elaboração de projetos que envolvem técnico especializado (Eng civil, veterinário), sobre recursos, educação ambiental e demandas.

A primeira pergunta de como se deu início esse processo de implantar melhorias na gestão ambiental, que acabaram culminando na obtenção do Selo Verde Oliva, foi respondido que o objetivo da Unidade de alcançar a obtenção do Selo Verde Oliva foi atingido após um período de seis anos, entre 2015 e 2021 de trabalho contínuo de diversos militares que conseguiram conscientizar seus sucessores a manter o esforço de permanecer implementando as práticas de gestão do meio ambiente e adequando a estrutura física da OM.

Alguns exemplos encontrados foram a construção de uma área feita especialmente para coleta seletiva de resíduos sólidos, a correção de passivos ambientais como efluentes gerados por posto de combustível e aquisição de estação de tratamento de efluentes.

A segunda pergunta é sobre equipe de trabalho era vocacionada exclusivamente para as tarefas de gestão ambiental e se no Quadro de Cargos Previstos (QCP) de sua OM estão previstos claros específicos para Gestão Ambiental. Foi respondido que ao longo do período entre 2015 e 2021, o trabalho passou a ser executado de um militar para o efetivo de seis.

A terceira pergunta abordou quais especialidades acadêmicas compuseram ou compõe o efetivo da seção de gestão ambiental , respondeu-se que além do aumento do efetivo ao longo do período foi benéfico acelerando o cumprimento das metas, melhorando a qualidade da gestão, pois foi empregado pessoal especializado (Engenheiro ambiental, Elemento da SALC e Biólogo).

O quarto item trata de como foi a relação com os itens que exigiram um projeto mais complexo que demandava um engenheiro para elaboração, responderam que o membro da SALC da Unidade era fundamental, pois bons Termos de Referência agilizam a realização dos projetos pelos profissionais, que são membros das empresas concorrentes. Esses profissionais das empresas elaboram os projetos específicos que a Unidade demanda, também se consegue a Logística Reversa e ampara os projetos à luz da legislação.

A questão Nr 5 trata sobre se os recursos solicitados através do SIGPIMA vinham em tempo suficiente e qual a média de tempo que leva para receber esses

recursos. A DPIMA, através do SIGPIMA, criou uma plataforma extremamente funcional e útil para obtenção de recursos para Gestão Ambiental da OM.

O 7º BEComb fez uso amplo desse sistema e, de acordo com os gestores entrevistados, os recursos chegavam em prazo extremamente satisfatório. As oportunidades de melhoria observadas foram a baixa carga horária na capacitação dos gestores em operar o SIGPIMA e a realização do Estágio de Conformador Ambiental apenas no segundo semestre, por conta do calendário da Conformidade Ambiental ser no início do ano de instrução e também por conta das movimentações que ocorrem no segundo semestre.

A penúltima pergunta foi como foi a conscientização do pessoal do Batalhão sobre gestão Ambiental, principalmente referente ao manuseio e descarte de resíduos e se considera satisfatória a adesão do pessoal da OM. Este é um dos itens mais importantes abordados nas entrevistas foi a Educação Ambiental.

Criar uma mentalidade coletiva de conservação do Patrimônio Ambiental de sua Unidade é um desafio, especialmente em Organizações Militares nível U e superiores, pois lidam com efetivos superiores a quinhentos militares.

O constante trabalho de educação, através de palestras e práticas em torno do Batalhão, que criou um ambiente de descontração e ao mesmo tempo foi suficiente para incutir no pensamento coletivo a importância de todos participarem da Gestão Ambiental, do soldado ao comandante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Ao longo deste trabalho, abordamos a linha do tempo da Gestão Ambiental no Exército Brasileiro e na Administração Pública, através do Programa A3P e a relevância do assunto Gestão Ambiental no nosso cotidiano. Houve o foco na Lista de Verificação, Anexo A do SIGAEB, onde estão descritos os itens exigidos pela DPIMA na conformidade ambiental, que são os requisitos necessários para obter o Selo Verde Oliva, devendo a Unidade obter mais de 90% de aproveitamento e sem perder nenhum item impeditivo.

Foram analisados os principais itens, em destaque o Plano de Gestão Ambiental e o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, pois enquanto aquele é o

documento que contém todo planejamento Ambiental, os passivos ambientais e os projetos, o último é o documento que concentra grande parte do trabalho de Gestão Ambiental na prática dentro das OM.

Podemos concluir, após considerar as informações obtidas através das entrevistas com os gestores do 7º BEComb, que são diversos fatores que dificultam a obtenção do certificado Selo Verde Oliva. Foi buscado neste trabalho, através de Documento oficial expedido pela ESAO, coletar dados da DPIMA referentes às listas de Verificação, Anexo A do SIGAEB, para melhor embasar a pesquisa com estatísticas das pontuações das Unidades, porém não conseguiu-se a tempo do término deste trabalho.

Através das entrevistas foi possível verificar que o processo para adequar as OM aos requisitos ambientais leva, no mínimo, a duração do período de mais de dois Comandos. O comprometimento de manter a continuidade dos projetos da gestão passada e da prioridade dada aos assuntos de Meio Ambiente. Aliando esse esforço coletivo com a constante educação do pessoal, com atividades práticas e teóricas sobre como melhorar o ambiente de trabalho, tornando o espaço mais sustentável e melhorando a qualidade de vida.

Investir na qualificação dos agentes públicos e atribuir funções ao Corpo Permanente das Unidades, fiscalizando suas atribuições e exigindo metas faz dar andamento aos projetos. Esses agentes públicos são os responsáveis por colocar em prática tudo que foi planejado no PGA, PGRSS e outros documentos que norteiam os objetivos da Gestão Ambiental. Ressalta-se, também, a importância de um elemento especializado em licitações e contratos auxiliando na elaboração dos Termos de Referência, nos chamamentos públicos e licitações sustentáveis.

4.1 SUGESTÕES

Após um exame de situação abordando os itens citados no capítulo anterior, pode-se chegar a algumas sugestões e considerações observadas como eficientes e eficazes no alcance do Selo Verde Oliva, conforme abaixo:

a. Gestão de Pessoal: buscar empregar o máximo de pessoal possível, utilizando o QCP existente na Unidade, atribuindo funções importantes a Oficiais e Sgt, se possível empregando algum especialista na composição da equipe. Todos seriam Adj do Fisc Adm, que é o responsável pela Gestão Ambiental de acordo com

o RISG. É interessante que o maior número possível de militares se capacite em Gestão Ambiental, através de cursos e estágios;

b. Educação Ambiental: investir massivamente em treinar e conscientizar todos os militares e civis das Unidades sobre a importância de executar as boas práticas ambientais. A continuidade deve ser atentada no que diz respeito aos membros do Comando e Estado Maior da OM passarem aos seus sucessores a incumbência de não deixar se perderem os projetos e os objetivos da Gestão Ambiental, para que futuramente todos se beneficiem do resultado final;

c. Solicitação de Recursos: empregar o máximo de pessoal na operação do SIGPIMA e na elaboração de projetos funcionais, que atendam às demandas da Unidade. Aumentar a carga horária de capacitação de pessoal para operar o sistema e a divulgação de um calendário de pedidos do sistema, divulgado pela DPIMA; e

d. A criação de um canal de informações disponibilizado pela DPIMA, facilitando o acesso a gestores e alunos que tenham interesse em utilizar esses dados na montagem de estatísticas, com objetivo de proporcionar maior solidez aos trabalhos, enriquecendo com gráficos e dando uma visão nítida da realidade da Gestão Ambiental, dando suporte ao processo de constantes melhorias ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Departamento de Engenharia e Construção. **CAmbEx1: Cartilha Ambiental do Exército. Orientações Práticas para Adequação Ambiental em Organizações Militares.** 1 ed, Brasília/DF, 2019.

_____, Estado-Maior do Exército. **EB50-D-04.227: Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental.** 1 ed. Brasília, DF, 2018.

_____, Estado-Maior do Exército. **IG 20-10: SIBAEB.** 1 ed. Brasília, DF, 2008.

_____, Estado-Maior do Exército. **IR 50-20: Sistema de Gestão Ambiental.** 1. ed. Brasília, DF, 2008.

_____, Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 1.138 do Comandante do EB: Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro.** 1 ed. Brasília, DF, 2010.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental.**

Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha da A3P.** 3 ed. Brasília, DF, 2018. Disponível em <http://a3p.mma.gov.br/biblioteca/>. Acesso em 9 de fevereiro de 2021.

APÊNDICE A

**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**
SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**ENTREVISTA**

O presente instrumento é parte integrante da especialização em Ciências Militares do Cap Art Júlio José Gonçalves Filho, cujo tema é **O Selo Verde Oliva e a Conformidade Ambiental no Exército Brasileiro**. Pretende-se, através da compilação dos dados coletados, verificar as principais causas para obter a certificação do Selo Verde Oliva, concedido pela DPIMA às Unidades que obtém índices acima de 90% na Lista de Verificação do SIGAEB.

A fim de compreender como foi realizada a Gestão Ambiental no 7º BEComb, o (a) senhor(a) foi selecionado(a), dentro do universo de militares que compõe a Seção de Gestão Ambiental do 7º BEComb.

A experiência profissional do (a) senhor (a) irá contribuir sobremaneira para a pesquisa, colaborando nos estudos sobre Gestão do Meio Ambiente. Será muito importante, ainda, que o (a) senhor (a) complemente, quando assim o desejar, suas opiniões a respeito do tema e do problema.

Desde já agradeço a colaboração do (a) senhor (a).

IDENTIFICAÇÃO

Posto/Graduação: _____

Nome: _____

PERGUNTAS

- 1) Como se deu início esse processo de implantar melhorias na gestão ambiental, que acabaram culminando na obtenção do Selo Verde Oliva?
- 2) Sua equipe de trabalho era vocacionada exclusivamente para as tarefas de gestão ambiental? No Quadro de Cargos Previstos (QCP) de sua OM estão previstos claros específicos para Gestão Ambiental?
- 3) Quais especialidades acadêmicas compuseram ou compõe o efetivo da seção de gestão ambiental?

- 4) Como foi a relação com os itens que exigiram um projeto mais complexo que demandava um engenheiro para elaboração?
- 5) O (A) senhor (a) que os recursos solicitados através do SIGPIMA vinham em tempo suficiente? Qual a média de tempo que leva para receber esses recursos?
- 6) Qual foi o papel do Grupamento de Engenharia, Departamento de Engenharia de Construção e da DPIMA na otimização das solicitações e atendimento das demandas?
- 7) Como foi a conscientização do pessoal do Batalhão sobre gestão Ambiental, principalmente referente ao manuseio e descarte de resíduos? O (A) senhor (a) considera satisfatória a adesão do pessoal da OM?
- 8) Quais foram os aspectos que o (a) senhor (a) julgou como de maior dificuldade para o trabalho de Conformidade Ambiental e por quê?

Obrigado pela participação.